



**V SINGEP**

**Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**  
**International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability**

ISSN: 2317 - 8302

## **Análise do nível de disclosure de informações financeiras: Um estudo sobre companhias brasileiras de capital aberto no segmento de construção civil**

**SAMUEL LYNCON LEANDRO DE LIMA**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
samuellynconleandro@gmail.com

**FATIMA EDUARDA SCHMITK COLLE**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
eduarda@schmitkcolle.com

**RAFAEL MAXIMIANO FERREIRA**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE  
rafamaxf@gmail.com

**RICARDO DANTAS LOPES**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
ricardo.dantas@pucpr.br

Agradecemos a oportunidade de poder enviar o artigo científico para submissão no evento, e nesse sentido agradecemos também o evento por incentivar o desenvolvimento da pesquisa em nosso país.



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade  
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

## ANÁLISE DO NÍVEL DE *DISCLOSURE* DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS: UM ESTUDO SOBRE COMPANHIAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO NO SEGMENTO DE CONSTRUÇÃO CIVIL

### Resumo

O artigo tem como objetivo analisar o nível de *disclosure* de informações financeiras em um conjunto de 18 companhias brasileiras de capital aberto, listadas na BM&FBOVESPA no segmento de construção civil. A metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa foi por meio de um estudo de caso, através de uma pesquisa exploratória, de natureza aplicada e um problema de característica qualitativa, com abordagem indutiva. A princípio foi detalhado o embasamento teórico da pesquisa, evidenciando o objetivo das questões propostas na análise, assim como suas definições. Enfim foi apresentado o resultado obtido através da solução das questões propostas no desenvolvimento da pesquisa, ao qual foi constatado um nível geral de *disclosure* das informações financeiras de 48,40%, notadamente abaixo da média, considerando para avaliação uma escala determinada de 0% para o mínimo até 100% para o máximo.

**Palavras-chave:** Demonstrações financeiras, *Disclosure*, Evidenciação, Indicadores financeiros, Informações financeiras.

### Abstract

The article aims to analyze the level of disclosure of financial information in a group of 18 open market Brazilian companies, listed on the BM&FBOVESPA in the construction segment. The methodology used in the research was through a case study, through an exploratory research, applied nature and qualitative characteristic problem with inductive approach. First of all, it was detailed the theoretical basis of the research, introducing the objective of the questions proposed in the analysis, as well as their definitions. Finally it was presented the result obtained through the solution of the questions posed in the research, in which was found a general level of disclosure of financial information of 48.40%, notably below average considering to evaluate a certain scale of 0% to to 100% minimum to maximum.

**Keywords:** Financial statements, Disclosure, Financial results, Financial indicators, Financial information.



## 1 Introdução

Com a internacionalização dos mercados de investimentos conforme aponta Ferreira (2005), surgem novas alternativas para os investidores, com risco mais elevado para aplicação de recursos. Neste sentido também começam a surgir e aumentar às necessidades desses investidores e outros usuários interessados, pelas informações contábeis das empresas, tendo em vista o risco considerável assumido pela opção de investimento, e o interesse em conhecer melhor sobre a situação financeira dessas organizações.

Devido a esse desenvolvimento despertam às necessidades por mecanismos eficientes, e nessa perspectiva, relacionado estritamente com os objetivos da Contabilidade, o disclosure, explicado por Iudícibus (2015) como um mecanismo para garantir informações específicas, de acordo com as necessidades dos usuários. Além disso, o autor sugere que o disclosure pode ser uma opção eficiente para contabilidade, no propósito de minimizar as informações inconsistentes, consequentemente evitando tomada de decisões equivocadas.

No tocante as partes interessadas pelas informações financeiras dessas empresas, os autores Ching, Marques e Prado (2007) separam esses usuários na seguinte classificação por grupos: pessoas físicas; administradores; acionistas; instituições financeiras; demais credores; funcionários; concorrentes; autoridades fiscais; agências reguladoras e outros usuários. Diante dessa conjuntura de usuários, é possível constatar que cada um possui necessidades específicas para extrair dessas informações.

Além dessa diversidade de usuários, bem como de suas necessidades, há um fator muito preocupante, principalmente nos investidores pelo fato de acontecimentos envolvendo empresas, que publicaram informações incoerentes, com intuito de obter vantagens indevidas. Destaca-se nesse contexto, o caso da companhia americana ENRON, que conforme descreve Feigl (2005), com a concordância da conceituada empresa de auditoria e consultoria ARTHUR ANDERSEN, apresentava informações financeiras inconsistentes.

Considerando esses fatores, destaca-se o papel da contabilidade, no intuito de cooperar com a administração financeira para uma boa gestão, visando à apreciação de resultados transparentes, visto que segundo Silva (2012) aquela não possui alçada para tomada de decisões, porém dentre suas atribuições com essas informações estão: coletar; conferir; preparar; processar; analisar e concluir. Assim, os resultados produzidos por essa sistemática, servirá para a administração financeira tomar as diversas decisões que envolvem a empresa.

Justifica-se a pesquisa a necessidade de analisar e verificar o nível de disclosure de informações financeiras, em um conjunto de 18 empresas, listadas na BM&FBOVESPA, com atuação no segmento de construção civil, tendo em vista a importância dessas informações. Ainda, nesse ponto de vista, a importância dessas informações é justificada diante das diversas situações já apresentadas, provocando assim a busca pela solução das questões da pesquisa.

Em uma pesquisa realizada em seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), foi identificado que em janeiro de 2016 o setor foi responsável por empregar 7,3% da população ocupada. Além disso, o segmento representou no ano 2015, o percentual de participação de 28,3% do montante auferido pela atividade industrial e 6,4% do montante total do valor adicionado bruto acumulado dentre as atividades no país (IBGE, 2016).

Cabe ressaltar que as empresas analisadas são companhias brasileiras de capital aberto, listadas e classificadas no segmento tradicional e no novo mercado da BM&FBOVESPA. Diante disso a pesquisa procurou responder a seguinte questão: Qual o nível do disclosure de informações financeiras, sob a perspectiva das empresas propostas e analisadas pela pesquisa.



O objetivo do estudo foi verificar o nível do disclosure de informações financeiras das empresas em questão, por meio de uma análise de fatores que de alguma maneira influenciam na relevância dessas informações. Cabe ressaltar que os fatores analisados foram empregados no desenvolvimento do estudo de acordo com o referencial teórico proposto e apresentado na pesquisa.

São também objetivos da pesquisa: Discorrer sobre variáveis que influenciam o nível de disclosure de informações financeiras das empresas; Parametrizar, através do referencial teórico, os dados para medição do nível de disclosure de informações financeiras para as empresas em análise; Apresentar, por meio de instrumentos estatísticos, o nivelamento das empresas obtido por meio do resultado da pesquisa.

## **2 Referencial Teórico**

O respectivo tópico apresenta o referencial teórico utilizado como base da pesquisa, tendo em vista a importância desse referencial para melhor compreensão do conteúdo proposto.

### **2.1 Informações financeiras**

As informações financeiras são de competência da contabilidade, cujo objetivo é informar os usuários sobre as questões econômica, física, de produtividade, social e ambiental das organizações. Dentro desse contexto, as informações financeiras têm por finalidade satisfazer as necessidades de seus diversos usuários, sempre buscando atingir o máximo número possível, fornecendo informações relevantes para tomada de decisões (IUDÍCIBUS, 2015).

Com o advento da crise da Bolsa de Nova Iorque em 1929, o governo dos Estados Unidos junto aos pesquisadores, empresários, auditores e analistas aplicaram seus esforços em busca de métodos para superá-la. Diante dessa situação, implantaram novas práticas de normatização contábil, voltadas a regulamentação das demonstrações financeiras por meio de auditorias. Assim, na década de 1970, surgem as Normas Internacionais - IAS e posteriormente, em 2001 passam a serem denominadas de Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS (LEMES; CARVALHO, 2010).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC entidade totalmente autônoma, criada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da resolução nº 1.055/05 de 24 de outubro 2005, tem como objetivo estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos de contabilidade, convergentes as normas internacionais de contabilidade. No uso de suas atribuições, o CPC através do pronunciamento nº 00 dispõe sobre a estruturação das demonstrações direcionadas aos usuários externos no intuito de que cada uma satisfaça seus objetivos.



Quadro 1 – Finalidade das demonstrações

A	Decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
B	Avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;
C	Avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
D	Avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
E	Determinar políticas tributárias;
F	Determinar a distribuição de lucros e dividendos;
G	Elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou
H	Regulamentar as atividades das entidades.

Fonte: Adaptado do CPC N° 00, 2011.

Fundamentado no conteúdo apresentado no quadro acima é compreensível presumir a dimensão das necessidades de cada um desses usuários, uma vez que seus interesses são diversificados, tendo em vista os seus pressupostos e exigências. Em se tratando dessas categorias de usuários e suas necessidades, por exemplo, Saporito (2015) cita que os usuários internos se concentram buscar informações principalmente a respeito do desempenho operacional da entidade.

O quadro acima apresenta detalhadamente as finalidades das demonstrações financeiras, considerando a satisfação dos usuários externos por meio da concepção proposta pelo CPC n° 00. Essas informações são recomendadas com a intenção de enfatizar a importância do conteúdo a ser demonstrado, buscando evitar situações de contrariedades e embaraços desnecessários. Ainda, o respectivo CPC orienta que o governo, órgãos reguladores, ou autoridades tributárias, podem ter suas próprias exigências a fim de atender suas próprias especificidades.

No propósito de contextualizar o conjunto completo das demonstrações financeiras, Iudícibus (2015, p. 84) apresenta:

O balanço patrimonial, a demonstração do resultado, a demonstração das mutações na posição financeira (demonstração dos fluxos de caixa, de origens e aplicações dos recursos ou alternativa reconhecida e aceitável), a demonstração das mutações do patrimônio líquido, notas explicativas e outras demonstrações e material explicativo que são parte integrante dessas demonstrações contábeis. Podem também incluir quadros e informações suplementares baseados ou originados de demonstrações contábeis que se espera sejam lidos em conjunto com tais demonstrações.

Além desses o autor coloca que as demonstrações financeiras não contemplam informações, como os relatórios da administração, relatórios da presidência da companhia, comentários e análises gerenciais e itens que possam ser disponibilizados em um relatório anual ou financeiro. Diante disso, em se tratando do volume de informações, é possível verificar que o conjunto das informações financeiras é extraordinário. Entretanto a quantidade de usuários dessas informações, bem como suas necessidades é surpreendente.





Quadro 1 – Tipos de usuários das informações financeiras

1	Investidores
2	Empregados
3	Credores por empréstimos
4	Fornecedores e outros credores comerciais
5	Clientes
6	Governo e suas agências
7	Público

Fonte: adaptado de Iudícibus, 2015.

Fundamentado no conteúdo apresentado no quadro acima é compreensível presumir a dimensão das necessidades de cada um desses usuários, uma vez que seus interesses são diversificados, tendo em vista os seus pressupostos e exigências. Em se tratando dessas categorias de usuários e suas necessidades, por exemplo, Saporito (2015) cita que os usuários internos se concentram buscar informações principalmente a respeito do desempenho operacional da entidade.

### 2.1.1 Informações obrigatórias

A Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, apresenta um conjunto de demonstrações que essas companhias, ou sociedades anônimas têm a obrigação de publicar. Abaixo segue o quadro indicando essas demonstrações:

Quadro 2 – Demonstrações obrigatórias

I	Balanço Patrimonial;
II	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido;
III	Demonstração do Resultado;
IV	Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
V	Notas Explicativas.

Fonte: Adaptado da Lei nº 6.404, 1976.

Essas demonstrações apresentadas no quadro acima deverão segundo o IAS 1, ser apresentadas pelas seguintes características: a) apresentação justa e em conformidade com os IFRS; b) pressuposto de continuidade; c) regime de competência; d) consistência de apresentação; e) materialidade e agregação; f) não compensação de ativos e passivos; e g) informação comparativa.

### 2.2 Indicadores financeiros

Os indicadores financeiros são produzidos por meio das informações extraídas das demonstrações financeiras, e possui a finalidade de apresentar aos usuários, dados com maior abrangência sobre a situação econômica ou financeira da entidade (SAPORITO, 2015). Além disso, o autor comenta que esses indicadores são divididos em três classificações distintas, sendo elas: os indicadores de liquidez; os indicadores de estrutura; e os indicadores de rentabilidade.

Nessa perspectiva Marion (2006) comenta que somente através desses indicadores é possível conhecer a real situação financeira e econômica de uma organização. O autor ainda considera os respectivos indicadores financeiros como sendo os três níveis básicos de uma



análise de demonstrações. Diante disso, no intuito de explicar sobre cada um dos indicadores segue o quadro abaixo, apresentado de acordo com interpretação do autor.

Quadro 3 – Indicadores financeiros

INDICADOR	REFERÊNCIA
Liquidez (corrente, seca e imediata)	Necessidade de caixa de giro e outros
	Análise do fluxo de caixa
	Rotatividade (atividade)
Estrutura (endividamento)	Análise da demonstração de fluxo de caixa
	Alavancagem financeira
	Outros índices de endividamento
Rentabilidade (empresa e empresário)	Lucratividade
	Produtividade e outros
	Modelo Du Pont

Fonte: adaptado de Marion, 2006.

O quadro acima demonstra os indicadores e a sua correspondente referência, ou seja, os tópicos que podem ser satisfeitos com a análise dos indicadores. É importante ressaltar que além desses tópicos referenciados no quadro acima, há outros fatores ou necessidades de informações possíveis que poderão ser satisfeitos por meio desses indicadores.

O índice de liquidez corrente de acordo com Assaf Neto (2007) é estritamente relacionado ao capital de giro, pois o produto do cálculo do indicador evidencia a real situação do capital de giro da empresa, considerando que para o cálculo, são utilizados os montantes contabilizados no ativo circulante da entidade em confrontação com os registrados no passivo circulante. O autor ainda explica que se o resultado obtido for superior a 1, o capital de giro é positivo, no entanto se for inferior a 1, é considerado negativo.

O capital de giro ou capital circulante líquido de uma empresa, esta relacionado aos recursos necessários para financiar suas operações, ou seja, o capital para empresa custear desde a aquisição de suas matérias primas até o recebimento pelos produtos vendidos (SOUZA NETO; MARTINS, 2010). Em conformidade com o esclarecimento proposto pelos autores, dentre as informações consideradas imprescindíveis para o resultado do capital de giro, são as relacionadas ao custo das mercadorias e ao volume de vendas.

Em se tratando dos recursos financeiros utilizados como fonte do financiamento do capital de giro, Silva (2012) aponta que são provenientes de três situações diferentes: pela venda de participação acionária; através do resultado gerado por intermédio do ciclo operacional; ou por meio dos recursos tomados com terceiros. Nesse sentido, o autor ainda comenta que o ciclo operacional de uma entidade é dividido em quatro etapas, composto pelas compras, vendas, pagamentos e recebimentos.

Entretanto os recursos tomados mediante terceiros, aumentam a composição do endividamento da empresa, indicador explicado por Silva (2012) como determinante do montante da dívida da entidade a ser quitada em curto prazo. Em uma análise geral do respectivo indicador, o autor considera que quanto maior o resultado produzido por meio do cálculo, pior é para a empresa. Além disso, a fórmula considerada para calcular o índice, é a divisão do montante contabilizado no passivo circulante pelo registrado no passivo total.

Outro fator importante que possui estrita relação com essas informações, é o resultado financeiro, uma vez que a contratação desses recursos demandam interesses, que na maioria das vezes requisitados por meio de juros (CHING; MARQUES; PRADO, 2007). Em consequência disso, o resultado líquido da entidade sofre significativa influência, explicado



pelos autores, como o resultado produzido pela empresa, após a dedução das despesas e impostos.

### 2.3 Literatura de *disclosure*

O *disclosure* ou evidenciação como classifica Iudícibus (2015), ou ainda, divulgação como define Lemes e Carvalho (2010) tem por objetivo apresentar aos usuários as informações financeiras retratadas na sessão 2.1. Além daquelas, também poderão ser evidenciadas outras informações que forem julgadas relevantes para tomada de decisões, nessa perspectiva são apresentadas no quadro abaixo as possíveis formas de serem evidenciadas essas informações:

Quadro 4 – Formas de evidenciação

1.	Forma e apresentação das demonstrações contábeis
2.	Informação entre parênteses
3.	Notas explicativas
4.	Quadros e demonstrativos suplementares
5.	Comentários do auditor
6.	Relatório da administração

Fonte: Adaptado de Iudícibus, 2015.

Com o propósito de normatizar a apresentação das demonstrações contábeis, o CPC 26 em correlação com a IAS 1 assegura por meio de requisitos gerais, a comparabilidade dessas informações apresentadas entre os períodos anteriores da própria entidade, como também com as informações de outras empresas. Esses requisitos definem o conteúdo necessário que devem compor as demonstrações, bem como suas estruturas.

O respectivo pronunciamento técnico também aponta que as demonstrações financeiras de propósito gerais, consideradas pelo objetivo fundamental de satisfazer as necessidades informacionais dos usuários externos, ou seja, atender as necessidades de caráter peculiar. Diante desse conceito proposto, apesar da importância dessas informações inerentes aos seus usuários, não há obrigatoriedade de serem apresentadas através de relatórios padronizados.

Em busca de aprimorar a segurança aos usuários, e mensurar os riscos decorrentes dos instrumentos financeiros o CPC através do pronunciamento técnico nº 40 de 30 de agosto de 2012 estabelece que:

A entidade deve divulgar informações que possibilitem que os usuários de suas demonstrações contábeis avaliem a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta na data das demonstrações contábeis.

Além dessa obrigatoriedade proposta, o respectivo CPC descreve que a entidade tem por responsabilidade publicar aos seus usuários informações suficiente, para verificação das contas contempladas no balanço patrimonial. Diante desse contexto, justifica-se a importância da publicação voluntária das informações financeiras, uma vez que poderão ser apresentadas de maneira detalhada.





### 3 Metodologia

Nesta seção é apresentada a metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa, bem como o detalhamento de cada um dos métodos científicos empregados. Sendo assim, com o propósito de explicar a importância e a imprescindível utilização desses métodos em uma pesquisa científica Markoni e Lakatos (2003, p. 83) citam que:

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Diante da colocação dos autores, Ribeiro (2011) aponta como variáveis desse conjunto de atividades a serem empregadas em uma pesquisa científica, as abordagens sobre os seguintes aspectos metodológicos: ao método; ao problema da pesquisa; ao objetivo do estudo; à estratégia da pesquisa; à natureza do problema e ao ambiente da pesquisa.

Partindo desse entendimento, a pesquisa possui um método de abordagem indutivo, que no entendimento dos autores Markoni e Lakatos (2003, p. 86) a indução “é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas”. Diante da exposição dos autores, essa tipologia de pesquisa exige do pesquisador, uma busca por conclusões mais abrangentes do que as ideias pela qual esta fundamentada.

No que se refere ao problema da pesquisa, é caracterizado como qualitativo, pois Raupp e Beuren (2003, p. 92) consideram que “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”. Os autores destacam também que essa tipologia é muito utilizada em estudos vinculados à área da contabilidade, apontando que mesmo por ser composta por uma diversidade de números, também é uma ciência social.

Em relação ao objetivo do estudo, a pesquisa é considerada exploratória, que segundo Gil (2002, p. 41) “estas pesquisas tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Ainda, nesse sentido, o autor comenta que é também um objetivo dessas pesquisas, oportunizar maior conhecimento sobre a temática proposta pelo estudo.

No tocante à estratégia da pesquisa, pode ser definida como estudo de casos, onde no entendimento de Ribeiro (2011, p. 48) compreende-se nessa classificação “quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Cabe ressaltar que nesse perfil de pesquisa, há uma diversidade de parâmetros que podem ser adotados em busca da coleta de dados. O quadro abaixo apresenta a amostra.



Quadro 5 – Composição da amostra da pesquisa

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	SEGMENTO	LISTAGEM		
			CÓDIGO	SEGMENTO	
Construção e Transporte	Construção e Engenharia	Construção Civil			
			BROOKFIELD	BISA	TD
			CONST A LIND	CALI	TD
			CR2	CRDE	NM
			CYRELA REALT	CYRE	NM
			DIRECIONAL	DIRR	NM
			EVEN	EVEN	NM
			EZTEC	EZTC	NM
			GAFISA	GFSA	NM
			HELBOR	HBOR	NM
			JHSF PART	JHSF	NM
			JOAO FORTES	JFEN	TD
			MRV	MRVE	NM
			PDG REALT	PDGR	NM
			RODOBENSIMOB	RDNI	NM
			ROSSI RESID	RSID	NM
			TECNISA	TCSA	NM
			TRISUL	TRIS	NM
VIVER	VIVR	NM			

Fonte: BM&F BOVESPA, 2016.

O quadro acima apresenta a amostra coletada, ou seja, todas as companhias brasileiras de capital aberto disponíveis no segmento da construção civil, evidenciando as respectivas categorias de acordo com a distribuição utilizada pela BM&FBOVESPA. Esse desmembramento transcorre pela seguinte organização: setor econômico (construção e transporte); subsetor (construção e engenharia); segmento (construção civil); e a listagem, subdividida pelo código das ações, bem como o respectivo seguimento: tradicional (TD) e novo mercado (NM).

Quanto à natureza do problema, a pesquisa é destacada como aplicada, tipologia que de acordo com Barros e Lehfeld (2007, p. 92) “é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para aplicação imediata dos resultados”. Os autores também sugere que essas pesquisas, podem contribuir na atividade prática, tendo em vista a busca de solução para problemas.

Com relação ao ambiente, a pesquisa é classificada como bibliográfica, pois de acordo com Gil (2002) estas pesquisas são elaboradas com base em livros, artigos, publicações periódicas e impressos diversos. Além disso, o autor comenta que há uma parte significativa dos estudos exploratórios que podem ser considerados como pesquisas bibliográficas. O quadro abaixo demonstra as informações utilizadas com base no referencial teórico, para elaboração do instrumento de verificação do nível de *disclosure*.

Quadro 6 – Perguntas para construção do indicador de *disclosure*

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS		
Discussões publicadas	SIM	NÃO
Com relação ao volume de vendas?		
Com relação ao custo de vendas?		
Com relação às fontes de financiamento?		
Com relação ao nível de endividamento?		
Com relação à liquidez corrente?		
Com relação à liquidez seca?		
Com relação à liquidez imediata?		
Com relação ao capital de giro?		
Com relação ao resultado financeiro?		
Com relação ao resultado líquido?		

Fonte: O autor, 2016.

O quadro acima apresenta a amostra coletada, ou seja, todas as companhias brasileiras de capital aberto disponíveis no segmento da construção civil, evidenciando as respectivas categorias de acordo com a distribuição utilizada pela BM&FBOVESPA. Esse desmembramento transcorre pela seguinte organização: setor econômico (construção e transporte); subsetor (construção e engenharia); segmento (construção civil); e a listagem, subdividida pelo código das ações, bem como o respectivo seguimento: tradicional (TD) e novo mercado (NM).

Quanto à natureza do problema, a pesquisa é destacada como aplicada, tipologia que de acordo com Barros e Lehfeld (2007, p. 92) “é aquela em que o pesquisador é movido pela necessidade de conhecer para aplicação imediata dos resultados”. Os autores também sugere que essas pesquisas, podem contribuir na atividade prática, tendo em vista a busca de solução para problemas.

Com relação ao ambiente, a pesquisa é classificada como bibliográfica, pois de acordo com Gil (2002) estas pesquisas são elaboradas com base em livros, artigos, publicações periódicas e impressos diversos. Além disso, o autor comenta que há uma parte significativa dos estudos exploratórios que podem ser considerados como pesquisas bibliográficas. O quadro abaixo demonstra as informações utilizadas com base no referencial teórico, para elaboração do instrumento de verificação do nível de disclosure.

Os questionamentos propostos no quadro acima foram direcionados as publicações realizadas pelas companhias em caráter complementar, ou seja, aquelas que foram apresentadas de maneira voluntária. Além disso, foram consideradas para pesquisa, somente as publicações que possibilitaram informações compreensíveis. Cabe ressaltar que as publicações obrigatórias foram devidamente publicadas, no entanto como respeita uma estrutura determinada, não proporciona esclarecimentos cuidadosamente detalhados aos usuários.

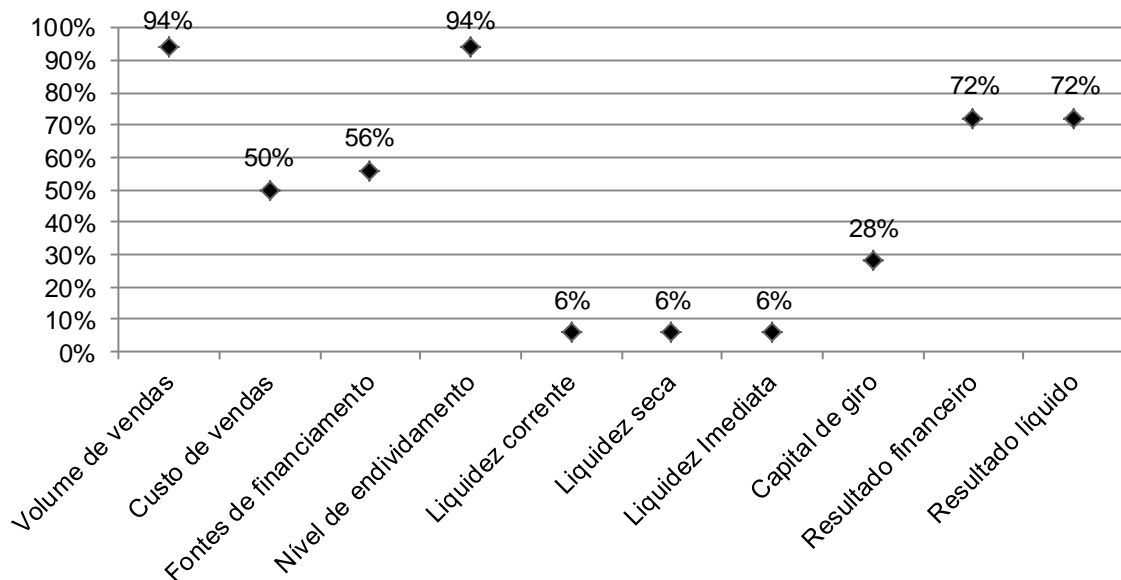


#### 4 Análise dos resultados

Esta seção evidencia os resultados da pesquisa obtidos por meio da metodologia proposta. Nessa perspectiva, as informações obtidas para esse desenvolvimento foram extraídas por intermédio dos centros de publicações, *earnings realease* (divulgação de resultados), *press realease* (comunicados de imprensa) e informações financeiras, conforme a nomenclatura específica adotada por cada uma das companhias verificadas.

No que se refere às questões trabalhadas no desenvolvimento da pesquisa, é importante ressaltar que cada uma delas foi analisada e fundamentada com procedimento equivalente, no entanto cada uma delas foi metodologicamente considerada independente. Segue abaixo o gráfico da análise dos indicadores com a demonstração do desempenho, em uma escala de forma percentual da satisfação de cada uma das questões propostas:

Gráfico 1 - Análise dos indicadores



Fonte: O autor, 2016.

Tendo em vista os dados apresentados no gráfico acima, é possível verificar que os resultados evidenciados estão concentrados de maneira dispersa, ou seja, há uma significativa variação na exibição dos indicadores. Considerando uma amostra populacional de 18 empresas, em comparação ao conjunto de 10 indicadores financeiros, é possível constatar que somente seis desses indicadores, ou 60% da totalidade consoante à avaliação baseada sobre uma escala de 0% a 100% se posicionaram acima da média.

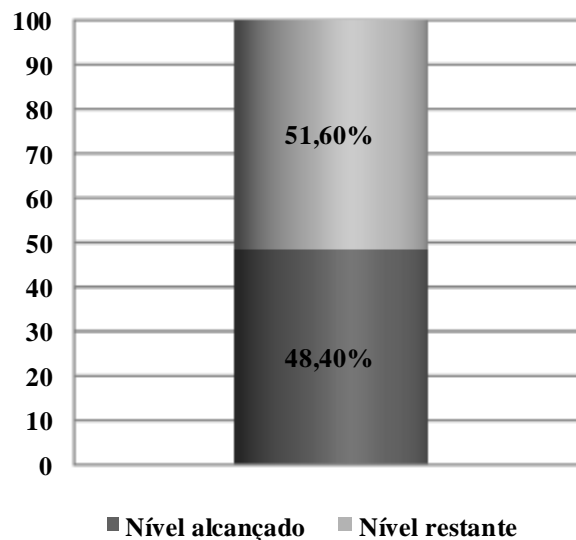
Numa escala de 90% a 100% verificaram dois indicadores, sendo eles relacionados ao volume de vendas e ao nível de endividamento, ambos com um resultado de 94%, ou seja, 17 companhias apresentaram informações detalhadas sobre a temática. Em seguida posicionaram mais dois indicadores em uma escala de 70% a 80%, sendo eles os indicadores de resultado financeiro e resultado líquido, os dois compreendidos a 72%, ou seja, 13 empresas explicaram sobre o assunto.



Ainda escalado acima da média, confirmaram outros dois indicadores, sendo eles relacionados às fontes de financiamento, com participação de 56% e ao custo de venda com representação de 50%. Em se tratando do conjunto das empresas analisadas no estudo, o primeiro indicador foi explanado por 10 empresas, e o segundo foi discutido somente por nove das companhias, ou seja, apenas metade das empresas evidenciou sobre o indicador.

Com relação aos demais indicadores, posicionados abaixo dos 50%, ou seja, abaixo da média na escala proposta pelo gráfico nº 1, certificaram o indicador de capital de giro, na escala entre 20% a 30%, com participação de 28% ou apenas cinco da totalidade empresas observadas. Além do respectivo indicador, em uma posição inferior, apresentaram os indicadores de liquidez corrente, liquidez seca e liquidez imediata, na qual apenas uma empresa apresentou comentários sobre esses indicadores, auferindo assim uma participação de 6%.

Gráfico 2 - Análise do nível geral de *disclosure*



Fonte: O autor, 2016

O gráfico nº. 2 apresenta o resultado encontrado na pesquisa, relacionado ao nível geral do *disclosure* de informações financeiras, tendo em vista o cálculo elaborado. O respectivo cálculo aconteceu pela divisão da média obtida na somatória dos percentuais certificados e evidenciados no gráfico nº. 1, sobre o percentual total que poderia ter alcançado. Assim é possível verificar que o nível geral do *disclosure* de informações financeiras para as companhias analisadas foi na ordem de 48,40%, considerando uma escala de 0% a 100%.

## 5 Considerações finais

Tendo em vista a importância da evidenciação financeira para os seus usuários, uma vez que necessitam delas para tomada de decisões, esse determinante estimula as organizações realizarem a publicação voluntária dessas informações, deixando a exclusividade de somente cumprir com a obrigatoriedade, ou seja, evidenciando apenas aquelas demonstrações exigidas pela legislação. Nessa perspectiva a pesquisa alcançou o objetivo proposto, na medida em que foi possível reconhecer o nível do *disclosure* de informações financeiras.





Os resultados alcançados pela análise das questões propostas, no entanto, não foram satisfatórios na medida em que o nível dessas informações se apresentou abaixo da média, considerando em uma escala de 0% para o mínimo e 100% para o máximo. Ainda nesse sentido, tendo em vista os resultados apresentado no gráfico nº. 1, apenas seis indicadores se posicionaram acima de 50%, sendo que apenas dois deles se situaram em uma escala de 90% a 100%.

Sendo assim, o nível geral de *disclosure* das informações financeiras analisadas se posicionou em uma média percentual de 48,40%, em um cenário de 100% de satisfação possível. Dessa maneira fica compreensível que essas informações, são uma grande questão a ser tratada com mais consideração pelas entidades. Cabe ressaltar também que além das questões propostas e analisadas na pesquisa, existem outras informações financeiras importantes que podem ser interessante ao conhecimento dos usuários.

## Referências

ASSAF NETO, Alexandre. *Finanças corporativas e valor*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BM&FBOVESPA. Empresas listadas. Setor de atuação. Disponível em: <[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em 22 Mai. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 20 jun. 2016.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. Banco de dados. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC Nº 00, de 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147\\_CPC00\\_R1.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf)> Acesso em: 19 jun. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC Nº 26, de 15 de dezembro de 2011. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2008.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2008.pdf)> Acesso em: 19 jun. 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC Nº 40, de 30 de agosto de 2012. Disponível em: <[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/418\\_CPC\\_40\\_R1\\_rev%2008.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/418_CPC_40_R1_rev%2008.pdf)> Acesso em: 19 jun. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução Nº. 1.055/05, de 24 de outubro de 2005. Disponível em:



V SINGEP

Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade  
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317 - 8302

<[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2005/001055](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055)> Acesso em 19 Jun. 2016.

CHING, Yuh Hong; MARQUES, Fernando; PRADO, Lucilene. *Contabilidade e Finanças: para não especialistas*. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FEIGL; Dilza Maria. *Uma investigação sobre o efeito contágio nas empresas negociadas no mercado acionário brasileiro e auditadas pela arthur andersen*. 2005. 109f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em contabilidade) – Fundação Instituto Capixaba em Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças, 2005.

FERREIRA, José Antonio Stark. *Finanças corporativas: conceitos e aplicações*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Emprego Janeiro 2016. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Emprego/fasciculo\\_indicadores\\_ibge/](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/)>. Acesso em: 17 jun. 2016.

IUDÍCIBUS, Sergio de. *Teoria da contabilidade*. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson. *Contabilidade internacional para graduação: texto, estudos de caso e questões de múltipla escolha*. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA NETO, José Antônio de; MARTINS, Henrique Cordeiro. *Finanças corporativas na prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

RAUPP, Fabiano Mauri; BEUREN, Ilse Maria. *Metodologia da pesquisa aplicável as ciências sociais*. In: BEUREN, Ilse Maria (org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

RIBEIRO, Roberto Rivelino Martins. *Evolução das pesquisas em contabilidade gerencial: uma análise das opções temáticas e abordagens metodológicas no Brasil*. 2011. 120f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em contabilidade) - Universidade Federal do Paraná, 2011.

SAPORITO, Antonio. *Análise e estrutura das demonstrações contábeis*. Curitiba: Intersaberes, 2015.

SILVA, José Pereira. *Análise financeira das empresas*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.